



SEMINÁRIO DE PROJETOS DO PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DO LITORAL DO PARANÁ – 24 DE MARÇO DE 2026

Projeto: *Marés de Mudança: monitoramento, gestão e cenários presentes e futuros em relação às mudanças climáticas das espécies bentônicas não-nativas no Complexo Estuarino de Paranaguá.*

Instituição/Identificação: III Funespar - Marés de Mudança 13.2023

Chamada de projetos: 13/2023

Coordenação: Rafael Metri

1. Principais pontos discutidos

Durante a discussão, foram apresentados esclarecimentos sobre o monitoramento de espécies bentônicas não nativas no Complexo Estuarino de Paranaguá, incluindo as estratégias de amostragem em campo, sistematização de dados e incorporação de informações provenientes de diferentes fontes.

Foi destacado que o projeto adota uma abordagem integrada, combinando coleta de dados primários, revisão de informações já existentes e contribuições oriundas das comunidades locais, por meio de canais de comunicação e iniciativas de ciência cidadã. Nesse contexto, foi ressaltado o papel do banco de dados em desenvolvimento, atualmente em fase final de consolidação, com potencial de integração com outros sistemas e utilização por gestores ambientais.

No decorrer do debate, foram discutidos os resultados parciais do projeto, especialmente no que se refere à identificação de espécies não nativas com potencial invasor e seus possíveis impactos ecológicos e socioeconômicos, incluindo efeitos sobre atividades pesqueiras e modos de vida das comunidades locais.

Também foram abordadas possibilidades de manejo e controle dessas espécies, incluindo iniciativas piloto de remoção e a discussão de alternativas como o uso de estratégias de ecoengenharia costeira e ações de controle participativo. Nesse ponto, foram levantadas questões quanto à viabilidade, escala e efetividade dessas ações, considerando a complexidade do ambiente estuarino e a dinâmica de dispersão das espécies.

Durante a discussão, foram suscitadas dúvidas sobre a articulação do projeto com diagnósticos já existentes no território, especialmente aqueles realizados no âmbito do licenciamento ambiental de empreendimentos portuários. Nesse contexto, foi apontada a necessidade de melhor compreensão sobre possíveis sobreposições, complementaridades e integração entre essas iniciativas.

Adicionalmente, foram discutidas questões relacionadas à priorização territorial das ações de manejo, especialmente no que se refere à definição de áreas estratégicas para intervenção, com destaque para unidades de conservação e áreas de maior sensibilidade ambiental.



Foi também mencionado, por parte da gestão de unidade de conservação, a existência de área de fundeio de embarcações próxima ao Parque Nacional Marinho dos Currais, considerada crítica em termos de impactos ambientais. Nesse contexto, foram levantadas dúvidas sobre a existência de pontos de monitoramento nessa localidade e a possibilidade de inclusão de novos pontos na área.

Por fim, foi destacada a necessidade de maior integração entre instituições e projetos que atuam na temática da bioinvasão no território, considerando a fragmentação atual das iniciativas. Nesse sentido, foi apontado como desafio o desenvolvimento de uma proposta mais ampla e estruturante, que articule diagnóstico, monitoramento, ações de manejo e revisão contínua das estratégias de forma coordenada.

2. Sugestões e recomendações

- Fortalecer a participação das comunidades locais nas estratégias de monitoramento e manejo de espécies invasoras, considerando a capilaridade e o conhecimento territorial desses atores.
- Avaliar o desenvolvimento de abordagens quantitativas para mensuração de impactos das espécies invasoras, incluindo possíveis efeitos sobre a cultura alimentar e os modos de vida das comunidades tradicionais.
- Ampliar a articulação com instituições e iniciativas que já atuam no tema, incluindo experiências em outros territórios e projetos correlatos.
- Considerar o fortalecimento de estratégias de comunicação e orientação à população sobre consumo e uso de espécies não nativas, especialmente diante de dúvidas recorrentes nas comunidades.

3. Encaminhamentos

- Continuidade das articulações com instituições de pesquisa e órgãos gestores para aprofundamento das estratégias de manejo e controle de espécies invasoras.
- Compartilhamento de informações e resultados com gestores ambientais e outras instituições, incluindo possíveis desdobramentos junto ao Ministério Público Federal.
- Avanço na consolidação e disponibilização do banco de dados, visando subsidiar ações de gestão e tomada de decisão.

4. Pontos que exigem definição futura / manutenção das ações

- Definição de estratégias de manejo em escala adequada para controle de espécies invasoras, considerando a complexidade e dispersão do fenômeno.
- Avaliação da viabilidade e efetividade de ações de controle participativo e outras abordagens, como ecoengenharia costeira.
- Continuidade do monitoramento e atualização do banco de dados, garantindo sua integração com outras plataformas e uso por diferentes atores.



- Fortalecimento das articulações institucionais necessárias para enfrentamento da bioinvasão, incluindo órgãos ambientais, setor portuário e comunidades locais.

5. Contribuições e apontamentos adicionais a serem considerados pelo projeto

1. Esclarecer como o projeto se articula com os diagnósticos realizados continuamente no âmbito do licenciamento de empreendimentos portuários em Paranaguá, indicando possíveis interseções ou sobreposições entre as iniciativas.
2. Em uma eventual continuidade do projeto, avaliar a previsão de ações práticas de remoção em áreas estratégicas, considerando a priorização territorial com foco em unidades de conservação, indicando, quando possível, áreas prioritárias.
3. Verificar a existência de pontos de monitoramento na área de fundeio de embarcações próxima ao Parque Nacional Marinho dos Currais, considerando a relevância da área e os impactos associados relatados pela gestão da unidade. Avaliar a viabilidade de inclusão de pontos adicionais de monitoramento nessa região.
4. Considerar os desafios apontados pelo Conselho quanto à necessidade de estruturação de um projeto mais amplo e integrado para o território, articulando diagnóstico, ações de manejo, monitoramento e revisão contínua das estratégias, de forma coordenada entre as instituições atuantes.